

Data-base 2015

Nem arrocho, nem desmonte. Não vamos pagar pela crise!

Reunidas no dia 13/4/2015, as entidades que compõem o Fórum das Seis avaliaram o cenário em que se insere a data-base 2015. A avaliação consensual é que está em curso um conjunto de ofensivas reitorais que sinalizam claramente com o desmonte da universidade pública.

Sinais evidentes: enxugamento de pessoal (expulsão de funcionários na USP via Programa de Incentivo à Demissão Voluntária - PIDV, não reposição de vagas abertas por aposentadorias, demissões, mortes nas três universidades), descumprimento de acordos (não equiparação entre os funcionários técnico-administrativos), repressão sobre os três segmentos (punições e expulsão de estudantes), adoção de medidas para mostrar “responsabilidade” frente à crise (suspensão das carreiras na Unesp), entre várias outras.

Todas essas medidas, longe de retratarem uma postura “responsável” dos reitores, comprovam incapacidade e desinteresse em lutar por mais recursos para as instituições nos últimos anos, período em que houve uma expressiva expansão de cursos e *campi* sem a contrapartida orçamentária devida. Agora, quando os discursos de “crise” ecoam, é sobre a comunidade acadêmica que querem jogar a conta, por meio do confisco de direitos, agravamento das condições de trabalho e perspectiva de arrocho salarial.

Ou seja, trata-se sim de uma crise de financiamento e não de crise financeira. Não vamos pagar por mais esta “crise”!

Omissão e desrespeito... outra vez?

Um dos ganhos da greve de 2014 foi a concordância do Cruesp de que as negociações da data-base 2015 ocorreriam ainda no mês de abril, para que houvesse tempo de discussão efetiva entre as partes. Como a data-base da categoria é 1º de maio, essa deveria / deve ser a prática habitual.

O Fórum das Seis protocolou a Pauta Unificada de Reivindicações 2015 no dia 27/3, acompanhada de um ofício sugerindo três datas de negociação em abril: dias 6, 13 e 27. Até o momento, os reitores sequer responderam ao ofício. Sabe-se apenas que, por conta do rodízio, a presidência do Cruesp voltou para o reitor da USP, professor Zago.

Qual será o tratamento dispensado às entidades representativas da comunidade acadêmica em 2015? A história perversa dos anos anteriores vai se repetir?

Preparar a mobilização

O Fórum das Seis indica às categorias que discutam a construção de um ato unificado em São Paulo, por ocasião da primeira negociação entre Fórum das Seis e Cruesp. Arrocho, não! Nem pensar em dividir, defendemos políticas isonômicas!

O Fórum volta a se reunir no dia 27/4/2015, às 10h, na sede da Adunesp/Sintunesp, em São Paulo.

Universidades e fundações ditas “de apoio”

A divulgação de Reportagem Especial “Universidades S/A” sobre a relação indevida entre universidades públicas e fundações privadas, por jornais de cinco estados (*O Estado de São Paulo, O Globo, Zero Hora, Gazeta do Povo e Diário Catarinense*) nos dias 12, 13 e 14/4, finalmente destaca as já sistemáticas denúncias feitas pelas nossas entidades representativas e realçam a ausência de transparência nas instituições.

Para conferir as reportagens, acesse:

- <http://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,o-caminho-do-dinheiro-privado-nas-universidades-publicas,1667997>
- <http://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,40-dos-professores-que-devem-exclusividade-a-usp-tem-outro-trabalho,1668418>
- <http://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,universidades-usam-fundacoes-para-tocar-obras-com-recursos-do-reuni,1669117>

Nota do Fórum das Seis

Não ao PL da terceirização e às duas MP que confiscam direitos

O Fórum das Seis integra-se à mobilização dos diversos setores sociais e de organização de trabalhadoras(es) no dia 15 de abril, na luta contra o premeditado desmonte dos serviços públicos essenciais, seja através do arrocho de salários e verbas, seja pela terceirização generalizada destes serviços, como previsto no PL 4.330/04.

A crise atual é de responsabilidade da elite que controla o Brasil. Não vamos pagar esta conta.

- Contra o arrocho de salários;
- Contra o estrangulamento dos serviços públicos essenciais e sua terceirização pelos governos estaduais e federal;
- Contra o PL 4.330/04, que amplia drasticamente a terceirização no país;
- Contra a MP 664 e a MP 665, que restringem direitos previdenciários, como o seguro desemprego, as pensões e outros.